

**LICENÇA AMBIENTAL – Licença Única**

**Nº: 021/2017**

A Secretaria de Município do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei Municipal N° 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal n° 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal n° 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA N° 288/2014, COMDEMA N° 001/2011 e Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente, conforme Lei Municipal N° 7.966/2015 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo N° 005/2015, expede o presente documento de Licença Ambiental que autoriza:

**I. DADOS DO EMPREENDEDOR**

Razão Social: Prefeitura Municipal do Rio Grande  
CNPJ: 88.566.872/0001-62  
Endereço: Rua General Neto, n° 34  
Bairro/CEP: Centro / 96200-000  
Município/Estado: Rio Grande/RS

**II. DADOS DO EMPREENDIMENTO**

Razão Social: Centro de Iniciação ao Esporte  
CNPJ: 88.566.872/0001-62  
Endereço: Avenida dos Grandes Lagos, s/n° - Praça Albatroz  
Bairro/Loteamento: Parque Marinha  
CEP: 96215-010  
Área total do empreendimento: 4.355,67 m²  
Latitude: 32°05'46.99"S  
Longitude: 52°10'52.27"O

**III. DADOS DO LICENCIAMENTO/ATIVIDADE**

Atividade: Centro Esportivo e/ou recreativo/estádio – CODRAM 9.210,10 (Resolução CONSEMA N° 288/2014)  
Potencial Poluidor: Baixo  
Porte: Pequeno (de 2.000,00 a 10.000,00 m² de área útil)  
Área útil licenciada: 4.355,67 m²  
Vigência: 16/02/2017 a 16/02/2022

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*

#### IV. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO

Nome: Não se aplica  
Conselho Profissional: Não se aplica  
Número Registro/ART: Não se aplica

#### V. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

##### 1. Condições gerais:

- 1.1. Esta Licença Única contempla localização, concepção e instalação da atividade de **Centro Esportivo e/ou recreativo/estádio – CODRAM 9.210,10**, de razão social Prefeitura Municipal do Rio Grande - Centro de Iniciação ao Esporte, localizado na Avenida dos Grandes Lagos, s/nº - Praça Albatroz, Parque Marinha, Rio Grande/RS;
- 1.2. Trata-se de um empreendimento com as seguintes características:
  - 1.2.1 Área ginásio: 1.792,65 m²;
  - 1.2.2 Área equipamentos atletismo: 1.778,07 m²;
  - 1.2.3 Área calçadas internas: 784,95 m²;
  - 1.2.4 Área total: 4.355,67 m²
- 1.3. Esta licença não contempla outra atividade diferente da informada pelo empreendedor e que não tenha sido apresentada na documentação necessária para sua identificação;
- 1.4. Deverá ser entregue à SMMA, **no prazo de 60 (sessenta) dias ou antes do início das obras**:
  - 1.4.1. **Projeto Paisagístico do empreendimento**, com ART/RRT devidamente assinada e com comprovante de quitação (item 2.8 desta licença);
  - 1.4.2. **Projeto de Drenagem Pluvial e Memorial Descritivo** contendo as referidas cotas, sentido dos escoamentos e sua destinação final, com ART devidamente assinada e com comprovante de quitação (item 6.3 desta licença);
  - 1.4.3. **Projeto das instalações provisórias do canteiro de obras** (item 7.1 desta licença).
- 1.5. No caso de qualquer alteração que a empresa pretenda executar (alteração de projeto, ampliação de área, realocação, etc.), a SMMA deverá ser previamente informada;
- 1.6. Segundo o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Plano Ambiental Municipal (PLAM), a localização do empreendimento, corresponde à Zona de Desenvolvimento, constituindo áreas aptas para o desenvolvimento de atividades econômicas licenciadas;
- 1.7. O planejamento do empreendimento deverá respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA nº 303/2002, nas Leis Estaduais nº 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e nº 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Resolução CONSEMA nº 291/2015 e Lei Municipal nº 6.585/2008 (Plano Diretor Municipal) e nº 6.832/2009 (Plano Municipal de Arborização Urbana);
- 1.8. O empreendedor deverá priorizar sistemas construtivos que objetivem a eficiência energética das

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



edificações, a conservação da água, da biodiversidade e dos recursos naturais, bem como implantar as melhores tecnologias disponíveis para o desenvolvimento da atividade ora licenciada e planejar a adoção de procedimentos que evitem ou minimizem a geração de efluentes, resíduos sólidos e emissões atmosféricas na etapa de implantação;

- 1.9. As atividades deverão ser conduzidas por um Responsável Técnico;
- 1.10. Deverá ser entregue à SMMA, após o término das obras, **Relatório de Atividades de Educação Ambiental e de Controle Ambiental** desenvolvidas durante a implantação do empreendimento, acompanhado das atas de presença;
- 1.11. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo Art. 12 da Lei Municipal nº 7.966/2015;
- 1.12. No caso de desativação da atividade, deverá ser apresentado Plano de Encerramento à SMMA com 60 (sessenta) dias de antecedência.

## 2. Quanto à flora, fauna e compensação ambiental:

- 2.1. Não poderá haver qualquer atividade de supressão de vegetação arbórea na área útil do empreendimento;
- 2.2. O empreendedor deverá respeitar o Projeto Paisagístico da Praça Albatroz, conforme Termo de Compromisso Ambiental do Processo Administrativo 113/2014 – Inizzio Empreendimentos Imobiliários (Licenciamento Florestal);
- 2.3. Na necessidade de alguma intervenção/manejo, a SMMA deverá ser previamente comunicada e ficará a cargo desta secretaria aprovação de possíveis transplantes;
- 2.4. Deverão ser observados os dispositivos do Decreto Estadual nº 38.355/1998, o qual estabelece normas básicas para o manejo dos recursos florestais nativos do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a legislação vigente e Lei Municipal nº 6.832/2009;
- 2.5. Não poderá haver intervenção na área licenciada, se constatada a presença de fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, de acordo com as Leis Federais nº 5.197/1976 – Lei de Proteção à Fauna e nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais e demais legislações pertinentes;
- 2.6. Na necessidade de intervenção, a SMMA deverá ser previamente comunicada, assim como, a autorização ambiental para o manejo da flora e/ou fauna, quando for o caso, deverá ser requerida junto ao órgão ambiental competente;
- 2.7. O empreendedor deverá prever a implantação de áreas verdes permeáveis no lote, de acordo com as diretrizes da Lei Municipal nº 6.585/2008 (Plano Diretor Municipal);
- 2.8. O empreendedor deverá apresentar à SMMA, **em até 60 (sessenta) dias**, Projeto Paisagístico do empreendimento, com ART/RRT devidamente assinada e com comprovante de quitação, contendo, no mínimo, quantidades, localização e espécies a serem plantadas, cronograma de execução do plantio de mudas, controle de espécies invasoras, prevenção e controle do acesso de animais domésticos;

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*

- 2.9. O referido Projeto Paisagístico ficará sujeito à aprovação da SMMA para sua posterior execução e deve atender à Lei Municipal nº 6.832/2009 – Plano Diretor de Arborização Urbana do Município do Rio Grande, respeitando o Projeto Paisagístico da Praça Albatroz já existente no local.

3. **Quanto às emissões atmosféricas e sonoras:**

- 3.1. As atividades de construção deverão ser conduzidas de forma a evitar a emissão de substâncias odoríferas e de material particulado visível para a atmosfera em quantidades que estejam fora dos limites estipulados pela legislação ambiental vigente, sendo que os depósitos de materiais deverão ser cobertos e deverá ser realizada periodicamente aspersão de água no local;
- 3.2. O empreendedor deverá promover a manutenção periódica e preventiva dos equipamentos e veículos a fim de controlar a emissão de poluentes;
- 3.3. Deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas durante as atividades, de modo a não causar incômodos à vizinhança;
- 3.4. Os níveis de ruído gerados pela atividade deverão estar de acordo com as NBRs nº 10.151/2000 e nº 10.152/2000, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA nº 01/1990.

4. **Quanto ao sistema de abastecimento de água:**

- 4.1. A água a ser utilizada para o desenvolvimento das atividades do empreendimento deverá ser fornecida pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, Unidade de Saneamento da cidade do Rio Grande/RS;
- 4.2. Fica proibido o uso de água subterrânea, o qual somente será permitido mediante apresentação, à SMMA, de Outorga do Uso da Água, solicitada junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA).

5. **Quanto ao sistema de esgotamento sanitário:**

- 5.1. O esgoto sanitário a ser gerado no local do empreendimento deverá ser direcionado à rede coletora pública da CORSAN;
- 5.2. Depois de concluída a ligação do esgotamento sanitário ao sistema da CORSAN, o empreendedor deverá apresentar à SMMA o **Termo de aceite da ligação**, emitido pelo Departamento de Obras da Região Sul (DEOM-SUL);
- 5.3. Fica proibida a descarga de águas servidas nos logradouros públicos, conforme Art. 21 da Lei Municipal nº 3.514/1980;
- 5.4. Não será permitido o lançamento de esgotamento sanitário no sistema de esgotamento de águas pluviais.

6. **Quanto à drenagem pluvial:**

- 6.1. Não será permitido lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;
- 6.2. Não será permitido o lançamento de esgotamento sanitário do sistema de esgotamento de águas

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



pluviais;

- 6.3. Deverá ser apresentado à SMMA, **em até 60 (sessenta) dias**, Projeto de Drenagem Pluvial e Memorial Descritivo contendo as referidas cotas, sentido dos escoamentos e sua destinação final, com ART devidamente assinada e com comprovante de quitação;
- 6.4. O Projeto do Sistema de Drenagem Pluvial do interior do lote deverá obedecer às especificações da Lei nº 6.964/2010, a qual estabelece o valor mínimo do Coeficiente de Permeabilidade como sendo 50% da área livre de edificação do terreno, resultante do cálculo da Taxa de Ocupação;
- 6.5. Não será permitida qualquer forma de destinação final de águas subterrâneas sem autorização prévia da SMMA;
- 6.6. No caso de necessidade de rebaixamento do lençol freático, deverá ser apresentado Memorial Descritivo da atividade com a respectiva ART, a ser analisado e aprovado pela SMMA.

**7. Quanto às instalações provisórias, às estradas e às vias de acesso:**

- 7.1. Deverá ser apresentado à SMMA, **em até 60 dias**, **Projeto das instalações provisórias do canteiro de obras** contemplando também o Sistema de Tratamento de Efluentes que será implantado no canteiro de obras, com ART do responsável técnico pela execução em anexo;
- 7.2. A água a ser utilizada para o desenvolvimento das obras deverá ser fornecida pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, Unidade de Saneamento da cidade do Rio Grande/RS;
- 7.3. Fica proibido o uso de água subterrânea, o qual somente será permitido mediante apresentação, à SMMA, de Outorga do Uso da Água, solicitada junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA);
- 7.4. A entrada provisória de energia deverá adotar todos os procedimentos de segurança exigidos pela NR nº 10 e pela concessionária de energia;
- 7.5. Caso o empreendedor opte pelo uso de geradores nos canteiros de serviços, os mesmos deverão estar de acordo com as devidas Normas Regulamentadoras;
- 7.6. Em relação às áreas de vivência do canteiro de obra, o empreendedor deverá obedecer à NBR nº 12.284/1991;
- 7.7. Toda a área do canteiro de obras deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos, indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes;
- 7.8. A limpeza do canteiro de obra deverá ser feita diariamente, evitando o acúmulo de entulho no local;
- 7.9. O esgotamento sanitário das instalações provisórias deverá atender às Normas Regulamentadoras e legislações vigentes;
- 7.10. Caso o empreendedor opte pelo uso de banheiros químicos, os mesmos deverão ser locados de empresas devidamente licenciadas e o empreendedor deverá apresentar à SMMA a devida Licença Ambiental da empresa contratada;
- 7.11. O empreendedor deverá manter os acessos internos e externos sinalizados e as instalações do empreendimento limpas, organizadas e em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação e passagens, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral,

***Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!***

bem como armazenar os materiais de forma a não obstruir portas e saídas de emergência e não impedir o acesso aos equipamentos de combate a incêndio;

- 7.12. As vias e as estradas utilizadas para o acesso ao empreendimento deverão estar devidamente sinalizadas e em bom estado de conservação;
- 7.13. A execução dos serviços não poderá ser iniciada sem as devidas sinalizações necessárias e as mesmas deverão ser removidas logo após o término dos serviços;
- 7.14. A área do empreendimento deverá ter controle de acesso, ser mantida cercada, bem como devidamente identificada, a fim de evitar a entrada de pessoas e veículos não autorizados, animais e dispersão de resíduos em áreas lindeiras.

**8. Quanto à movimentação de terra (corte e aterro):**

- 8.1. Deverá ser mantida a rotatividade de utilização do material depositado, de forma a garantir a segurança e operacionalidade das áreas;
- 8.2. Caso seja necessário o uso de materiais minerais, as jazidas a serem utilizadas no empreendimento deverão possuir Licença Ambiental, uma vez que, de acordo com o Art. 22 do Decreto nº 98.812/90, que regulamenta a Lei Federal nº 7.805/89, a extração de substâncias minerais sem a competente concessão, permissão ou licença constitui crime;
- 8.3. O empreendedor deverá passar caminhão-pipa, sempre que necessário, durante a execução dos serviços nas vias e no local da atividade, com a finalidade de decantar o material particulado;
- 8.4. O material utilizado para os serviços de aterro deve ser procedente de depósitos devidamente licenciados;
- 8.5. Os resíduos provenientes da movimentação de corte e aterro devem ser descartados em locais predefinidos e devidamente licenciados;
- 8.6. Não será permitido aterro com lixo, material contaminado por produtos químicos ou biológicos (vetores e microvetores);
- 8.7. Deverão ser utilizados métodos de escavação que evitem ocorrência de perturbações oriundas do deslocamento de terra, em especial nas regiões próximas a prédios, edifícios, vias públicas ou servidões prediais;
- 8.8. O empreendedor deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, não obstruir portas e saídas de emergência, nem impedir o acesso aos equipamentos de combate a incêndio.

**9. Quanto aos resíduos sólidos gerados:**

- 9.1. Na gestão e gerenciamento de resíduos, segundo Art. 35 do Decreto nº 7.404/2010, o qual regulamenta a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- 9.2. Os resíduos gerados durante a instalação do empreendimento deverão ser segregados, identificados,

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*



classificados e acondicionados para armazenagem temporária na área objeto deste licenciamento, observando a NBR nº 10.004/2004, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

- 9.3. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;
- 9.4. Os resíduos da construção civil, gerados durante as obras de implantação do empreendimento, deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002.
- 9.5. Não poderão ser dispostos ou destinados resíduos ou rejeitos em praias, no mar, ou qualquer corpo hídrico, a céu aberto, *in natura*, ou outras formas vedadas pelo poder público;
- 9.6. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do artigo 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;
- 9.7. As lâmpadas fluorescentes usadas, quando inutilizadas, deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente, em papel ou papelão de origem e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;
- 9.8. A empresa deverá verificar e manter cópia da licença ambiental das empresas para as quais seus resíduos serão encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o artigo 9º do Decreto nº 38.356/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de terceiros;
- 9.9. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final/ disposição de resíduos não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos/ rejeitos;
- 9.10. **Deverá ser entregue à SMMA semestralmente, nos meses de dezembro e junho, Planilha Mensal de Movimentação de Resíduos**, contendo relação completa dos resíduos gerados/destinados **durante a obra** (dados do destinatário, data da entrega, tipo de resíduo e quantidade, assinatura do gerador e do responsável pelo recebimento e número da Licença Ambiental do local de recebimento);
- 9.11. No caso das empresas envolvidas na destinação dos resíduos se manterem as mesmas nos períodos seguintes, não será necessária a entrega de nova cópia da licença ambiental, desde que essa permaneça vigente, devendo o empreendedor apenas fazer referência à mesma.

**10. Quanto à segurança e aos riscos operacionais:**

- 10.1. A empresa deverá atender às exigências da Portaria do MTB nº 3.214/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras - NR's - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina no Trabalho, principalmente no que tange aos riscos ambientais;
- 10.2. O empreendedor deverá manter os acessos internos e externos e as instalações do empreendimento organizados, limpos e em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação e passagens, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais e detritos em geral, bem como armazenar

***Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!***

os materiais de forma a não obstruir portas e saídas de emergência e não impedir o acesso aos equipamentos de combate a incêndio;

**10.3.** Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes;

**10.4.** O empreendedor deverá realizar manutenção periódica dos equipamentos de segurança e combate a incêndio, de forma a assegurar a sua operacionalidade.

## **VI. QUANTO À RENOVAÇÃO:**

- I. Protocolar formulário de solicitação e memorial de caracterização do empreendimento atualizado. Quando não forem feitas alterações no empreendimento, apresentar declaração quanto à manutenção das características apresentadas previamente;
- II. Protocolar formulário específico para Renovação de Licença Única, devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens;
- III. Protocolar comprovante de pagamento dos custos dos serviços de Licenciamento Ambiental, conforme Lei Municipal Nº 7.966/2015;
- IV. Ter atendido tempestivamente os requisitos e condicionantes constantes nesta licença.

## **VII. OBSERVAÇÕES**

- I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento;
- II. Este documento licenciatório perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido;
- III. Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;
- IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará a incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie;
- V. Esta licença só é válida para as condições contidas acima até a data de validade do documento ambiental, devendo sua renovação ser solicitada com, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias de antecedência;
- VI. A critério da SMMA, poderá ser exigida documentação complementar;
- VII. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria;
- VIII. A presente licença ambiental é emitida com base na legislação vigente e pareceres técnicos dos integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da SMMA, constantes no referido processo de licenciamento ambiental;
- IX. Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização;

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*





Prefeitura Municipal  
do **RIO GRANDE**  
Aqui tem Governo Popular

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
Secretaria de Município do Meio Ambiente

RIO GRANDE



A GENTE VIVE UMA GRANDE HISTÓRIA

X. Anuência aos Termos do presente documento: \_\_\_\_\_

*24/02/2017*

Rio Grande, 16 de Fevereiro de 2017.

Eduardo Corrêa Morrone  
Secretário de Município do Meio Ambiente